

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2021.r1a03>

Recebido em: 11/11/2020

Aceito em: 15/01/2021

Entrevista com a Pós-Doutora Silvia Maria Castro Fortes Cardoso sobre “Os desafios da inclusão educativa em Cabo Verde: as tecnologias educativas na mitigação dos efeitos da Covid19”

Silvia Maria Castro Fortes Cardoso
Consultora do Ministério de Educação de Cabo Verde em Políticas Educativas e Formação de Professores; Investigadora na Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento da Universidade Nova de Lisboa. E-MAIL: silviacastrocardoso@hotmail.com

Entrevistadores:
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Profa. Dra. do PPGEP/IFRN. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br

Bento Duarte Silva
Prof. Dr. do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho.
E-mail: bento@ie.uminho.pt

Entrevista concedida por Silvia Maria Castro Fortes Cardoso, Pós doutora em Sociologia da Educação e do Currículo pela Universidade Nova de Lisboa, para a Revista Faculdade FAMEN (REFFEN). A investigadora fala sobre inclusão educativa na cidade de Cabo Verde, na África, diante da mitigação dos efeitos da Covid19. A entrevista realça que o Ministério da Educação de Cabo Verde reafirmou a estratégia de levar o conhecimento escolar a todas as crianças em idade escolar, de forma a resolver paulatinamente as dificuldades encontradas - em recursos técnicos, tecnológicos e humanos - dando continuidade aos esforços para o alcance da educação inclusiva, para além dos limites da Pandemia iniciada em março 2020.

CARDOSO, Silvia Maria Castro Fortes, “Os desafios da inclusão educativa em Cabo Verde: as tecnologias Educativas na mitigação dos efeitos da Covid19”. *In*: TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; SILVA, Bento, entrevista com Silvia Maria Maria Castro Fortes Cardoso a **Revista Faculdade Famen – REFFEN** (Natal/Rio Grande do Norte), publicado em fev. 2021.

1. Professora Silvia Cardoso, de forma sintética, nos diga como ocorreram as iniciativas de inclusão educativa em Cabo Verde para fazer face aos efeitos da pandemia provocada pelo coronavírus?

Visando a satisfação da qualidade educativa, enquanto orientação primordial das políticas educativas nacionais e de entendimento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável “Educação de qualidade e inclusiva” (Nações Unidas, 2015)¹, optou-se pela busca de um conjunto de informações sobre processos essencialmente focados no potencial conhecimento e exploração das tecnologias educativas, no contexto de transição da normalidade vivida para o estado de emergência epidêmica, que impôs uma gestão curricular e pedagógica não presencial e/ou à distância. Isso, num contexto complexo de ação educativa marcado pelas assimetrias geográficas, tecnológicas e de acesso à internet, bem como da formação necessária para fazer face às exigências da transposição do ensino e da aprendizagem da realidade presencial para a realidade virtual.

2. Esse movimento de pesquisa inicial, que gerou dados para o trabalho do Ministério da Educação de Cabo Verde, foi garimpado em que fontes?

Os dados resultaram da pesquisa documental, onde foram considerados documentos oficiais do Ministério da Educação, a destacar o plano setorial de resposta à Covid19², de conversas informais com dirigentes dos serviços centrais do mesmo ministério e de informações recolhidas no Atelier Temático sobre o Desenvolvimento do Capital Humano, no Horizonte 2030 (2020)³ e no Fórum Educação e Formação Excelência (2020)⁴.

¹ Nações Unidas (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. In <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

² Ministério da Educação (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

³ Ministério da Educação (2020). *Atelier temático sobre o Desenvolvimento de Capital Humano* (online), 28 de julho. Cabo Ver: Praia.

⁴ Ministério das Finanças (2020). *Fórum Educação e Formação Excelência (Online)*, 25 e 26 junho. Cabo Verde: Praia.

3. Se possível, gostaríamos de conhecer alguns desses dados, relativamente ao contexto geográfico e educativo de Cabo Verde.

Seguem, então, alguns dos dados organizados relacionados ao contexto geográfico e da política educativa de Cabo Verde, que mostram as assimetrias regionais do país.

Com base numa caracterização feita pela Direção Geral do Planeamento e Gestão da Educação⁵, Cabo Verde tem 4033 km² de superfície. Faz parte do grupo dos Pequenos Países Insulares da África Ocidental e do grupo das ilhas Atlânticas que compõem a Macaronésia (com os Açores, a Madeira, as Canárias e as Ilhas Selvagens). É limitado pelos paralelos 17°13' (Ponta de Forte Cais – Santo Antão) e 14°48' (Ponta de Nho Martinho – Brava) de latitude Norte e 22°42' (Ilhéu Baluarte – Boa Vista) e 25°22' (Ponta de Chã de Mangrado – Santo Antão) de longitude Oeste de Greenwich.

Cabo Verde é constituído por 10 ilhas, sendo 9 habitadas. Possui pequenos ilhéus desabitados. Está dividido em dois grupos de ilhas, nomeadamente as ilhas do grupo de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista) as ilhas do grupo de Sotavento (Santiago, Maio, Fogo e Brava). A capital do país fica na Cidade da Praia. O país tem 22 concelhos e 32 freguesias.

Cabo Verde caracteriza-se, antes de mais, pela sua pequenez, insularidade e fragmentação territoriais, escassez de recursos de origem mineral conhecidos e secas frequentes que o assolam. Apesar dessas características adversas, o país é também conhecido pelos índices de crescimento económico e de desenvolvimento social que tem conseguido desde a independência.

Desde a independência, proclamada no dia 5 de julho de 1975, o crescimento tem-se refletido nos indicadores de desenvolvimento social. Os indicadores de educação, saúde e de acesso à eletricidade, água potável e TIC são dos mais altos a nível do continente africano. Mas existe uma acentuada desigualdade social no país. O desenvolvimento chega a todos em diferentes velocidades, o que faz com haja regiões com carências muito básicas e outras com condições económicas e sociais substancialmente mais favoráveis.

Em 2020, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a população residente estima-se em 567.346 pessoas. Os concelhos da Praia (29,2%) e S. Vicente (15,4%) são os mais

⁵ ME (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

populosos, totalizando cerca de 44,6% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população eram os do Tarrafal de S. Nicolau e de S. Catarina do Fogo, ambos com cerca de 1,0%. Trata-se de uma população bastante jovem com a média de idades de 28,2 anos, em 2020. 50% da população tem menos de 22 anos; 32% encontra-se no grupo dos 0 aos 14 anos e 62% tem entre os 15 e os 64 anos. A taxa de alfabetização, até os 35 anos de idade, é de 98% e a média de frequência de anos de escolaridade por grupos etários é: 15 a 24 – 9,9 anos; 25 a 34 – 9,8 anos; 35 a 64 a 7,3 anos.

A insularidade e a fragmentação do território caboverdeano juntam-se aos fracos recursos minerais e às secas para criar todo o tipo de adversidade ao país. Apesar disso, tem vindo a atingir índices de crescimento económico e de desenvolvimento social que têm permitido a sua afirmação como nação africana independente.

Em 2019/20, um total de 84.787 alunos encontravam-se inscritos no Ensino Básico (1º ao 8º), 1.278 desses no ensino privado. No Ensino Secundário (9º ao 12º) encontravam-se 30.096, contando-se 2.781 no ensino privado. A quase totalidade do serviço educativo é público, sendo que de 114 883 alunos, só 4.059 encontravam-se no ensino privado. A este número junta-se o pré-escolar com 12 000 crianças inscritas. A rede escolar pública comporta 446 estabelecimentos ensino, dos quais 94,2% são públicos e 5,8%, privados. As características da população e a quase exclusividade da presença do estado na educação escolar, significam um grande esforço nas contas públicas na provisão da educação a todos.

A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra o ensino escolar de 12 anos, destes, 8 anos são de escolaridade obrigatória. Pelo diploma, compete ao ME assegurar a igualdade de oportunidades de educação, formação e ensino de qualidade a todas as crianças e jovens, devendo criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino, visando garantir a escolaridade, num quadro regulado de Educação Inclusiva. Considerando as assimetrias regionais, no horizonte 2030, o estado assumiu o desafio da inclusão, equidade e excelência educativa, em linha com a política nacional e com os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nomeadamente o OBS4.

O cenário epidémico, em março de 2020 e a declaração do estado de emergência, surgem como variáveis de peso nos fatores de bloqueio à ação educativa regular e periclitam as

possibilidades de execução dos objetivos e metas educacionais pretendidos, no horizonte temporal em referência.

O comportamento do sistema educativo nos períodos antes e durante a epidemia, no que se refere ao processo de informatização, introdução e expansão das tecnologias educativas, permite compreender como foi possível reagir num curto espaço de tempo e de forma organizada na construção uma resposta adequada, quer ao contexto, quer às possibilidades circunstanciais de resolução de problemas relacionados com a continuidade da ação educativa.

4. Sobre o Sistema Educativo e as Tecnologias Educativas, a partir de que contexto Cabo Verde iniciou o trabalho com políticas educativas articulando tais temáticas?

Numa retrospectiva global, a Direção de Serviços Multimédia e Educação do Ministério da Educação (2020)⁶, assegura que a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação em Cabo Verde deu-se no início dos anos 1990, com a disponibilização de equipamentos informáticos às escolas, no âmbito da criação de laboratórios de informática nas escolas.

Na altura, poucos tinham tido contacto com os computadores. O computador pessoal era um luxo a que a quase totalidade da população não se podia dar, mormente professores e alunos do ensino regular. Daí em diante, seguindo a cronologia dos avanços registados na evolução das tecnologias educativas, em 1999 foi instituído um sistema de estatística educacional abarcando alunos e professores. Esse sistema passou a permitir a informatização de funções administrativas e de gestão escolar.

Em 2002 foi criada a secretaria digital visando a seriação de vagas para os alunos. Entre 2009/2020 concebeu-se e implementou-se o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), que proporcionou os significativos avanços na gestão educacional ao permitir um maior envolvimento das escolas, delegações escolares e serviços centrais desse Ministério com os ambientes tecnológicos. Seguiu-se a disponibilização do sistema em todas as escolas básicas e secundárias e desenvolveu-se a possibilidade de gerir transferências automáticas dos alunos

⁶ Direção de Serviços Multimédia e Educação/ME & Unidade de Tecnologia de Informação e Comunicação/ME (2020). *Estratégia das TIC enquanto suporte de apoio à qualificação do ensino/Educação em CV*. Comunicação apresentada no ME- Fórum Educação, junho de 2020.

entre escolas e concelhos, bem como atividades de gestão de atividades de encerramento do ano letivo.

Assim sendo, em 2009 procedeu-se à experiência piloto em duas escolas secundárias. Em 2014 passou-se para a fase de disseminação do SIGE nas escolas secundárias do país, num total de 43, num processo que terminou em 2018. Nesse mesmo ano, deu-se início à implementação do SIGE nas escolas do ensino básico ficando concluída a implementação do SIGE, em 2019, em todas as Escolas do ensino básico do País, num total de 395.

A par do processo de institucionalização do SIGE, foi desenvolvida uma aplicação para dispositivos móveis que facilitasse o acesso e os registos, tendo sido, também, criado o dossiê do aluno. Pela plataforma SIGE, desenvolveram-se conteúdos de gestão escolar e pedagógica. Tornou-se possível, então, ter um sistema de informação com uma aplicação móvel de acesso e gestão da interação entre o professor e o aluno, através de dispositivos móveis e o SIGE. Em 2015, configurou-se a plataforma moodle, criando o *e-ME*, com o apoio das Nações Unidas/Unicef, com o intuito de promover a comunicação, a aprendizagem e o desenvolvimento profissional dos professores, diretores de delegados do ME, bem como de profissionais dos serviços centrais. Comporta áreas como: espaço material didático, comunidade virtual, o espaço de ações de atualização profissional e o espaço de oficina de formação de professores.

Com o *e-ME* foi possível atingir um elevado número de escolas no âmbito da capacitação dos professores, tendo sido realizadas várias formações, como por exemplo: a formação de utilizadores do moodle, formação em educação artística, em empreendedorismo, em educação bilingue, em língua portuguesa, em educação para a cidadania, em TIC, em construção de instrumentos de avaliação, em supervisão da classificação, em escola virtual e exploração de recursos educativos digitais. Beneficiaram das formações, técnicos, diretores de agrupamento/escolas, diretores de turma, coordenadores TIC, pontos focais SIGE e subdiretores pedagógicos e professores.

O incremento das políticas educativas e formação de professores contou com iniciativas e projetos visando a conectividade das escolas, num quadro estratégico de informatização e disponibilização de equipamentos móveis a professores e alunos das zonas isoladas, embora insuficientes e com problemas de acesso às redes de internet seja pelo elevado custo, seja pela falta de cobertura e zonas de sombra.

Em acerca de dois anos, procedeu-se à criação e disponibilização de recursos educativos multimédia com a aposta em laboratórios *WebLab* para facilitar a aprendizagem das TIC pelos alunos. Adicionalmente, foram disponibilizados manuais e cadernos experimentais em ambiente virtual e com acesso gratuito.

O Projeto *WebLab* integra o Projeto do Parque Tecnológico de Cabo Verde e visa contribuir para a diminuição da exclusão digital, facultando o acesso a equipamentos, à conectividade, ao conhecimento e à utilização das tecnologias. Os laboratórios *Weblab* permitem que alunos e professores disponham de recursos digitais e pontos de acesso, para garantir que estes tenham acesso informático.

De um modo geral, estas informações traduzem a realidade do Sistema Educativo e Tecnologias Educativas, com destaque para a informatização e a exploração das Tecnologias da Informação e do Conhecimento, nas vésperas da pandemia por Covid19.

5. Havendo esse destaque dado às tecnologias educativas no sistema educativo, como o Ministério da Educação de Cabo Verde reagiu no cenário de Covid19 com relação à continuidade da oferta educacional do país?

A covid19 impôs um estado de emergência sanitária à escala global. No caso de Cabo Verde, dados do Ministério da Educação⁷ observam que a 11 de março de 2020, ainda sem casos registados, o governo assumiu um Plano Nacional de Contingência, visando diretrizes para a ação política de prevenção e de controlo da infeção no país.

Perante o primeiro caso de infeção, que aconteceu na ilha da Boa Vista, a dia 20 de março, o ME, que já estava a trabalhar no plano de contingência do setor, antecipou as férias escolares do 2º período em todas os jardins-de-infância e escolas básicas e secundárias dessa ilha. Na sequência e com carácter preventivo, a 23 de março procedeu ao encerramento das instituições escolares, em todo o país, ao abrigo da Resolução nº 50/2020, de 18 de março, com a intenção de se retomar as aulas a 13 de abril.

⁷ ME (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

ME (2020). *Plano de contingência para as escolas. Novo coronavírus Covid19*. DNE. março, de 2020.

ME-DNE (2020). *Orientações às Delegações da Educação — Plano de contingência da Educação — COVID-19*.

Nota circular refª 138/DNE/2020, de 18 de março.

Para evitar o contágio que a retoma das atividades escolares podia proporcionar, o governo estabeleceu uma nova data, o dia 20 de abril, considerando ser a melhor forma de evitar a disseminação de casos positivos. Numa rápida sequência de tomada de decisões, o governo declarou o estado de emergência, a partir de então. A conclusão do ano letivo presencial deixou de ser opção pelo que iria avançar com o ensino, a aprendizagem e a avaliação à distância.

Para se perceber a emergência das decisões políticas no controlo da infeção no país, é importante perceber a real situação do sistema nacional de saúde nacional. É facto que, em Cabo Verde, a quase totalidade dos serviços de saúde é pública e de subsistência. Mesmo funcional e capaz de resolver uma parte substantiva dos problemas de saúde, em março, anteviam-se dificuldades em instalações e equipamentos adequados, bem como a falta de profissionais de saúde preparados para os cuidados intensivos e para lidar com um vírus perigosamente versátil, no caso de propagação da infeção. Efetivamente, trata-se de um sistema que não consegue respostas locais no combate a algumas patologias comuns e que, ainda, recorre ao exterior para tratamentos e exames complexos e que suscitam tecnologia inexistente ou áreas de especialização não garantidas no país, muitas vezes, por falta de especialistas nessas áreas.

O desconhecimento do vírus, a inexistência de medicamentos e vacinas específicos trouxeram, de imediato, o pânico gerado pelo que se sabia da gravidade da epidemia a nível global e pelo pouco que se sabia das possibilidades médicas e medicamentosas de combate ao Covid19. Resumidamente, Cabo Verde passou por todas as etapas e inseguranças mundializadas e que afetaram a sociedade política, pelas forças de segurança e a sociedade civil quando, em novembro, o mundo se deparou com um vírus mortal, a circular com alto poder de contágio e perigosamente silencioso.

Nesse cenário, seguindo as práticas de outros contextos que já lidavam com a epidemia, em março 2020, o ME reunia os recursos possíveis para que professores e alunos pudessem continuar a desenvolver as suas atividades escolares e universitárias. Para isso, equacionou as condições e os mecanismos possíveis visando a implementação e o funcionamento contingencial de um emergente ensino à distância (EaD), na expectativa de que os ensinamentos pré-escolar e escolar pudessem continuar em atividade, mesmo que, de forma remota.

Assim entendido, o ME criou um regime de exceção que permitisse a continuidade da atividade educativa usando todos os meios tecnológicos com que podia contar, no momento, nomeadamente: a teledifusão, a radiodifusão e a internet. Dessa forma, iniciou uma espécie de ensino e aprendizagem remota com transmissão nacional e com diferentes condições de acesso.

Lá onde foi impossível chegar aos alunos, devido a falta de cobertura de rede ou de equipamentos, as delegações e os professores procuraram fazer chegar a suas casas recursos de aprendizagem impressos. Criado um modelo de EaD, o ME incitou a participação dos pais no estudo em casa e na realização das tarefas escolares, com diferentes respostas dos encarregados da educação e outros familiares nos agregados dos alunos.

A continuidade da atividade educativa teve diferentes finalidades. Junto dos alunos, o objetivo primordial foi o de manter o seu contacto com a escola, com os professores e com os conteúdos de aprendizagem, face à impossibilidade da manutenção das aulas presenciais. Para o ME, educadores escolares e familiares dos alunos, visou facilitar a continuidade educativa como uma oportunidade dos alunos consolidarem as aprendizagens já realizadas com explicações, resolução de dúvidas, estímulos e treinamento, bem como assegurar que haja uma transição adequada e retoma do ensino presencial, capitalizando e perenizando as inovações experimentadas em larga escala no país.

Não se previu e não se verificou o desenvolvimento de novos conteúdos. As notas dos alunos foram calculadas em função dos resultados obtidos no primeiro e no segundo primeiros letivos. Uma espécie de *EaD híbrido*⁸ foi desenvolvida e implementada, envolvendo um projeto designado de “Aprender e estudar em Casa” muito similar ao projeto desenvolvido em Portugal “Estudo em Casa”, ao qual se fez acompanhar de atividades complementares de reforço, numa lógica de personalização do apoio à distância pelo professor às suas turmas. Basicamente, em Cabo Verde, o projeto constou das aulas televisivas e radiodifundidas, gravadas a partir das estruturas centrais e envolvendo os serviços da rádio educativa, professores e técnicos e equipamentos dos serviços públicos da comunicação social.

Colocou-se o problema de enquadramento e gestão de um modelo de ensino não presencial, de circunstância, baseado em dispositivos e conteúdos informáticos de gestão

⁸ Designação que considero mais adequado à realidade vivida em Cabo Verde.

escolar e pedagógica que viabilizasse a disseminação de conteúdos, a avaliação das aprendizagens e o acompanhamento dos alunos, na nova e complexa realidade para todos.

6. Quais os principais desafios que esse Ensino a Distância Híbrido, como chama a esse modelo, implicou?

Em termos de desafios para o ensino, o EaD híbrido impôs aos professores a manifestação de competências em literacia digital, cujo domínio não se verificava suficiente para um considerável número de professores do ensino regular. Às fragilidades científicas e técnicas, perante a exigência de competências profissionais no âmbito das TIC, em si mesmas, adicionadas as de produção de conteúdos e de implementação de soluções para a realização do trabalho pedagógico em ambiente virtual, juntaram-se à precaridade de recursos em equipamentos, pontos de acesso e cobertura de rede da internet.

Em termos das infraestruturas e acessos, os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (2020)⁹ estimam que:

- A Rádio de Cabo Verde (RCV) funciona com abrangência nacional, existindo ainda várias rádios comunitárias de cobertura local e regional. Também a Televisão de Cabo Verde (TCV) tem abrangência nacional e a Televisão Digital Terrestre (TDT), que oferece canais públicos e privados, tem cobertura nas ilhas de Santiago, Maio, Sal, S. Vicente, São Nicolau, Boavista e Fogo (São Filipe).
- Em termos de cobertura, a TCV situa-se nos 81,1%, a Rádio nos 54,6% e a Internet nos 69,5%. Cerca de 81,8% dos agregados familiares cabo-verdianos tem televisão, enquanto 46,6% possui rádio. A disponibilidade do acesso comunitário à Internet, através das praças digitais (34 no país) ou dos telecentros, ajudou a aumentar a literacia digital, aliada ao acesso generalizado aos smartphones.

⁹ Instituto Nacional de Estatísticas (2018). Estatísticas das famílias e condições de vida - Inquérito Multiobjectivo Contínuo, 2018, disponível em: http://ine.cv/wpcontent/uploads/2019/07/imc_condicoes-de-vida_2018_-_site_.pdf?fbclid=IwAR1OE0ViPvU3SLuh21xPafDg87-vlUIQk3N7j-5QCY-a5ij_kIZ2nlMg8FA, 2020, in ME (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

- Em 2018, 70,4% dos cabo-verdianos maiores de dez anos tinham, pelo menos, um telemóvel e 70,1% acesso à internet no domicílio. Os computadores domésticos calculam-se nos 37%. As competências digitais da população, ao nível de saber copiar e mexer nos ficheiros, situa-se nos 78,7%. Dos professores em funções, 90% dispõem de um *tablet* cedido pelo ME para a realização das tarefas de gestão pedagógica. Em 2019, no âmbito do programa de inclusão digital foram atribuídos 437 *tablets* a escolas isoladas.
- A nível nacional, 89,4% da população tem acesso à eletricidade doméstica, existindo grande disparidade entre as localidades. A cobertura urbana é de 91,1% e a rural é de 85,7%.

7. A professora comentou, no momento da pré-entrevista, que uma estratégia central aplicada pelo Setor de Educação para mitigar os efeitos do COVID-19 em Cabo Verde foi planejar cenários para possíveis intervenções. Que cenários foram conjecturados?

O Ministério da Educação¹⁰ equacionou dois cenários possíveis, podendo coexistir se necessário:

Cenário 1 – previa o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, de pré-escolar, básico e secundário com aulas presenciais, nas ilhas com baixos riscos epidemiológicos de propagação do COVID 19, de acordo com o parecer da Comissão Técnica do Ministério da Saúde e com o cumprimento das normas de distanciamento social e de higienização asseguradas pela gestão das escolas. Poderia contemplar o alargamento do ano letivo, tendo como data letiva final 31 de julho e um ajuste na programação dos conteúdos e da avaliação.

Cenário 2 – a aplicar quando e onde se mantiverem as normas de distanciamento social impossibilitassem o funcionamento do ensino presencial, envolvendo a modalidade de Educação à Distância – EaD, salvaguardando o contacto dos alunos com a escola, os docentes e os conteúdos de ensino-aprendizagem, bem como a frequência do 3º trimestre do ano letivo 2019/2020, dentro de parâmetros aceitáveis de qualidade.

O cenário 2 foi o implementado, mesmo considerando as dificuldades e as assimetrias proporcionadas pelas condições de acesso às redes, meios e formas de transmissão e as

¹⁰ ME (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

limitações em literacia digital, das telecomunicações e inadequações apresentadas pelo sistema educativo. Considerou-se que seriam afetados 4.876 alunos, entre estes 2.709 do Ensino Básico Obrigatório (3,2% do total e 13,4% nas escolas rurais) e 2.167 do Ensino Secundário (7,2% do total). Não foram equacionadas as dificuldades que os professores iriam experienciar.

8. Perante a possibilidade desse cenário 2, envolvendo a Educação à Distância, ter de continuar no ano 2021, visto a pandemia ainda persistir, que desafios permanecem e que lições se podem retirar desta experiência educativa?

As infraestruturas tecnológicas e as telecomunicações e a literacia digital, no país, têm vindo a evoluir ao longo dos anos, notando-se um progressivo aumento das condições de acesso, de aquisição das ferramentas e uso das mesmas. No entanto, perante a possibilidade da continuação da educação escolar à distância, permanecem grandes desafios para o futuro, principalmente a nível da qualidade e da relevância da Educação.

A aposta do país na educação reflete-se nas realizações, potencialidade e recursos tecnológicos educativos disponíveis que podem ser adaptados às circunstâncias e dar alguma resposta às necessidades da comunidade educativa nacional, tendo em conta a situação epidémica. Nessa perspetiva, o ME fez parcerias fundamentais para o reforço do acesso e exploração das tecnologias educativas e em formação sobre as TIC.

O modelo de EaD pretende que todas as crianças e jovens em idade escolar beneficiem de condições de equidade educativa, prevendo a continuidade da exploração dos meios de acesso explorados durante o estado de emergência, então reforçado, nomeadamente: a tele e a áudio aulas, a produção de materiais digitais e a distribuição de fichas impressas com conteúdos e atividades curriculares, tendo sido preparados, pelos professores, materiais em papel e fichas de exercícios que as escolas farão chegar aos alunos, e reforçada a sensibilização da comunidade educativa no apoio de todos ao acompanhamento dos alunos de forma a garantir as aprendizagens e o desenvolvimento de competências previsto nos programas de ensino.

9. Que balanço provisório do projeto mencionado anteriormente é possível realizar?

O projeto EaD, desenhado para mitigar a situação pandémica, permitiu a manutenção da atividade educativa durante o estado de emergência e de calamidade. O mesmo foi composto

de um programa educativo, a produção de aulas para disseminação nacional, a formação de professores (exploração de recursos digitais), o acompanhamento dos alunos através de plataformas EaD envolvendo delegações, professores e pais, todos com responsabilidades partilhadas.

Por esse projeto¹¹, numa primeira fase, foram produzidas 384 vídeo e rádio aulas (do pré-escolar ao escolar), num período de dois meses. Na totalidade, foram contempladas 640 aulas, transmitidas nos canais na TCV, no canal aberto TVA, RCV+, RTE e Rádios Comunitárias. No que se refere à formação de educadores, foram inscritos cerca de 2036 participantes, obtendo-se um total de 1929 professores ativos no moodle.

Segundo o ME, o referencial de EaD desenvolvido seguiu as orientações internacionais procedidas da UNESCO, da UNICEF e de outros parceiros internacionais. Grosso modo, o início das transmissões fez-se a 20 de abril. As emissões da primeira semana foram informativas e de familiarização com a metodologia de ensino e de aprendizagem em foco. Os conteúdos curriculares vieram, posteriormente, com o sentido de consolidação do conhecimento já trabalhado, nos ensinos básico e no secundário. O plano previa a produção de 620 conteúdos em tele e rádio aulas, de 20 minutos cada, do 1º ao 12º ano transmitidos através dos canais de televisão e canais da Green Studio e rádios. A Televisão de Cabo Verde disponibilizou 5 horas diárias para a emissão das aulas (das 07h às 11h e das 15h às 17h).

Tendo em conta as limitações referidas anteriormente, como as zonas de sombra ou com fraca cobertura, especialmente em Santo Antão e nalgumas zonas da Ilha do Fogo (Atalaia e Ponta Verde), foram feitas parcerias com rádios comunitárias. Foram elaboradas fichas de apoio para os alunos e fichas e para os professores das escolas com alguma falta de cobertura, com utilidade também para alunos sem recursos tecnológicos. Houve grande dinamismo do professorado para se fazer presente junto de alunos, pais e encarregados da educação de forma a apoiar na resolução das dificuldades de acesso. Previu-se, ainda, a disponibilização *online* dos conteúdos nas plataformas do Ministério da Educação, para posterior acesso da comunidade educativa.

¹¹ ME (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

10. E para o futuro, próximo ano letivo (2021), que aspectos a considerar desta experiência educativa para assegurar uma ação educativa inclusiva e de qualidade?

Para o próximo ano letivo, a nível tecnológico e do EaD, há a considerar as limitações identificadas no âmbito do processo implementado, de onde se destacam: resoluções para eliminar as zonas de sombra onde as emissões não chegaram; proporcionar o acesso às TIC à franja considerável da população que teve acesso limitado ou ausente; proporcionar as condições básicas às famílias (exemplo, o acesso à eletricidade); impelir práticas de educação a distância e o recurso às tecnologias educativas no ensino e na aprendizagem.

Passado o período de emergência que durou até junho passado, em estado de calamidade, as aulas já foram retomadas nas universidades, mas não para o restante ensino escolar, constituindo exceção o 12º ano que teve que lidar com a especificidade dos exames nacionais e as contingências da salvaguarda das condições de segurança nas escolas para que esses fossem possível.

Assim sendo, as aulas se mantiveram nessa modalidade contingencial de EaD até ao fim do ano letivo (2019-2020), com os recursos possíveis e com o envolvimento de toda a comunidade educativa. E como a epidemia não acabou com o fim do ano letivo, o projeto será retomado no próximo ano letivo (2020-2021), já reforçado. Preveem-se as seguintes intervenções do suporte EaD:

Em parceria com o NOSI, fazer de cada escola uma extensão do parque tecnológico com vista à edificação de uma economia com um forte pendor no digital:

Desenvolver os conteúdos académicos e criar condições para realização de aulas online, em plataformas adequadas, conforme elencado nas orientações técnicas da DNE;

Reforçar o programa de acesso às tecnologias aos alunos e aos docentes;

Reforçar a conectividade e a organização das escolas para o uso das TICs enquanto instrumento de apoio, tanto do ponto de vista administrativo, como a nível pedagógico.

Promover a capacitação dos docentes de acordo com as necessidades da reforma e as exigências das TICs, no processo de ensino e de aprendizagem.

Fomentar o acesso a materiais digitais de aprendizagem, consolidando o uso do repositório digital de conteúdos produzidos no quadro do projeto e do parque tecnológico;

Estimular o uso de aplicativos disponíveis (on-line e off-line) por meio de propostas metodológicas diferenciadas;
Incentivar a prática de produção de conteúdos educativos a partir do acesso às ferramentas e aplicativos disponíveis na internet;
Promover o intercâmbio de práticas e diferentes abordagens de ensino entre docentes;
Reforçar a cooperação com as operadoras com vista a criar pacotes acessíveis para a massificação do acesso aos equipamentos, assim como à conectividade no seio das famílias dentro de um plano acessível e com medidas de diferenciação positiva para as famílias mais carentes;
Desenvolvimento de Campanhas de Informação às Famílias sobre os desafios da EaD, e os engajamentos necessários para acompanhar a rotina de estudo dos alunos e garantir que assistam as aulas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020)¹².

O projeto de referência, que é para continuar, contempla quatro pilares estratégicos de intervenção do Ministério: 1. garantir o Acesso e Retenção dos alunos no sistema de ensino com vista reduzir o fracasso escolar no ano letivo 2019/20; 2. Melhoria da Qualidade e Relevância do processo de ensino pela modalidade de EaD; 3. Desenvolvimento da Capacidade Institucional; 4. reforçar a Comunicação e Sensibilização da comunidade educativa e da sociedade. Por se tratar da primeira experiência massiva de utilização da EaD no sistema de ensino é fundamental a adoção de uma estratégia de comunicação clara e assertiva, com a vista a mobilizar os diferentes intervenientes deste programa.

No que se refere ao ensino escolar privado não foi possível reunir informações para além do processo desenvolvido pela Escola Portuguesa de Cabo Verde. Essa instituição seguiu o modelo instituído em Portugal, baseado no “Estudo em Casa” e na constituição de grupos de trabalho dos professores e seus alunos em *chats* e outras formas de acompanhamento.

No início de dezembro, em curso, foram retomadas as aulas presenciais, sob fortes medidas de segurança sanitária, nomeadamente a redução do número de alunos por sala, higienização das mãos, uso de máscaras e a prevenção de novos casos. Para o ano letivo em curso, com a aprendizagem e adaptação verificados no ensino e na aprendizagem, foram equacionados todos os meios utilizados durante o estado de emergência. Com isso, o Ministério da Educação reafirmou a estratégia de levar o conhecimento escolar a todas as crianças em idade escolar, de forma a resolver paulatinamente as dificuldades encontradas - em recursos

¹² Ministério da Educação (2020). *Plano Nacional de resposta aos efeitos da Covid19 na Educação*. DGPOG, 20 de abril de 2020.

técnicos e humanos- dando continuidade aos esforços para o alcance da educação inclusiva, para além dos limites da Pandemia.

CARDOSO, Silvia Maria Castro Fortes, “Os desafios da inclusão educativa em Cabo Verde: as tecnologias Educativas na mitigação dos efeitos da Covid19”. *In*: TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; SILVA, Bento, entrevista com Silvia Maria Maria Castro Fortes Cardoso a **Revista Faculdade Famen – REFFEN** (Natal/Rio Grande do Norte), publicado em fev. 2021.